

Um novo Incra é possível?

No dia 9 de julho de 1970, por meio do Decreto-Lei nº 1.110, criou-se o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o Incra. Embora detentor de uma importante missão de gestão do território nacional e fiscalizador de um preceito estabelecido na Constituição Federal, o futuro do órgão que completa 45 anos é uma esfinge. A autarquia vive um momento ruim, de descrédito institucional, resultados pífios e profunda desmotivação interna.

Em janeiro, tomou posse no Ministério do Desenvolvimento Agrário Patrus Ananias e somente no final de março foi possível conhecer a nova Presidente do Incra, Maria Lúcia Falcón. Entretanto, há pouco de novo. A Presidente fala na criação de um “novo Incra”, mas o escopo dessa proposta ainda não está claro. Recentemente ela esteve com a Presidente da República Dilma Rousseff, que sinalizou a possibilidade de participar das comemorações do aniversário do órgão. Na ocasião, Maria Lúcia pretende apresentar o projeto para a reestruturação da autarquia.

A Presidente do Incra convidou movimentos sociais, diretores, coordenadores e entidades representativas de servidores para apresentar contribuições que irão auxiliá-la na formatação desse projeto. A reunião, realizada no dia 26 de junho, não foi produtiva. Houve uma divisão em grupos que discutiram a partir de temas pré-estabelecidos, que limitaram o debate. Como tem sido sua praxe, o SindPFA apresentou sua proposta (foto abaixo).

As sugestões do Sindicato, emanadas das discussões do I Congresso Nacional dos PFAs, de 2011, e da campanha da entidade por uma nova governança agrária para o país, tem como foco a transformação do Incra em um órgão de Estado responsável pela gestão das terras do país, não meramente um instrumento de governo para execução do programa de reforma agrária, suscetível às intempéries políticas.



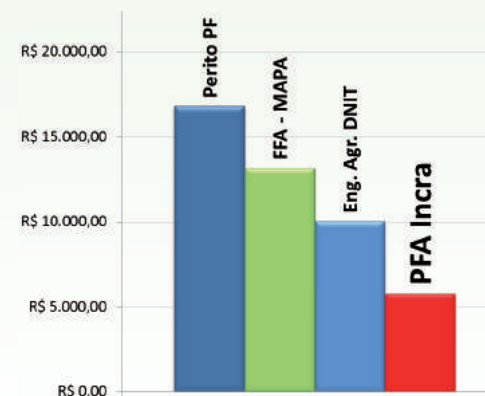
Esse órgão seria o responsável por manter as informações gráficas e literais do rural brasileiro, base na qual as diversas camadas de informações seriam somadas e disponibilizadas a outros órgãos, de todas as esferas, relacionados com o agrário. “É a partir do conhecimento do território que o órgão deve fazer a execução das políticas como a reforma agrária, a regularização fundiária (Amazônia Legal, Nordeste, territórios quilombolas e em faixa de fronteira), o controle da aquisição de terras por estrangeiros, o desenvolvimento territorial e a consolidação de projetos de assentamento”, destaca o Diretor Presidente do Sindicato, Sávio Feitosa.

É sob esse aspecto que a autarquia poderia encontrar uma missão institucional que lhe dê razão de existir e de servir à sociedade, na qual a reestruturação das carreiras e a valorização do corpo funcional aconteçam.

Isso se tornar realidade, porém, é outra história.

É concebível que haja boa vontade por parte do Ministro e da Presidente do Incra e que sejam reais as suas boas intenções, mas não é possível assegurar se conseguirão colocar em prática o que almejam. Ora, a conjuntura econômica nunca esteve tão desfavorável na era petista; o MDA teve praticamente metade dos recursos para este ano cortados, visando ao ajuste fiscal. A melhoria das condições de trabalho na autarquia, especialmente no que diz respeito à questão salarial, é uma prova de fogo para essa direção. A remuneração dos PFAs, como tem sido evidenciado, está extremamente defasada em relação a carreiras semelhantes.

Remuneração inicial - Comparações



A primeira proposta apresentada pelo Ministério do Planejamento em 2015 é de 21,3%, escalonados em 4 anos, incompatível com a meta anunciada pelo MDA de assentar 120 mil famílias até 2018.

“Para um novo Incra, é insuficiente; para quem está no piso do serviço público, não resolve”, diz Sávio Feitosa.

Apesar disso, nas suas visitas aos estados, o Ministro Patrus Ananias não tem sequer alimentado a esperança dos servidores em ter do governo um olhar diferenciado para sua situação. O MDA prometeu abrir o diálogo com as entidades de servidores por meio de uma mesa setorial de negociações, mas da primeira reunião, em abril, não se progrediu. Parece que será necessário um aval de Dilma Rousseff para que a reestruturação - do órgão e das carreiras - deixe de ser um sonho. Então serão conhecidos Patrus e Maria Lúcia e a sua real capacidade de gestão.

Palavra do Presidente

Tem que ser agora



Sávio Silveira Feitosa

Diretor Presidente do SindPFA

Eng. Agrônomo e Mestre em Produção Vegetal pela UFPI.

Como a Diretoria Colegiada já havia manifestado à categoria por meio de uma carta divulgada em nosso site, o ano de 2015 pode ser emblemático para a política agrária brasileira e para a nossa carreira. Isso, porém, como é possível inferir da reportagem da capa, depende do que o Incra e o MDA serão capazes de apresentar e resolver.

Sabemos que a realidade é ruim. Já faz tempo. Todavia, nós servidores queremos ser úteis, protagonistas das mudanças e até vemos com entusiasmo os anúncios de qualificação e modernização da gestão que são propalados; mas não cola mais o discurso “mostrem seu valor que o governo valoriza vocês”. A valorização precisa acontecer simultaneamente ao trabalho dos servidores. Ainda mais nesse contexto de extrema desmotivação, pois gestão e servidores precisam avançar juntos.

O SindPFA, por sua vez, quer realizar um trabalho altivo em prol da categoria e não se furta a lutar. Apesar dos tempos difíceis, remodelou sua estrutura operacional, como pode ser visto na matéria ao lado. É um grande legado para todos nós. Com essa equipe, queremos acompanhar de perto e colaborar no campo da política agrária, institucional e da carreira, aqui e nas superintendências regionais, como já o temos feito.

Estamos acompanhando o dia-a-dia do Congresso Nacional, por meio de participação nas audiências públicas e da formação de uma rede de apoio de entidades e parlamentares, bem como participando ativamente das discussões do Fonacate. É um trabalho cujos resultados serão colhidos no longo prazo.

A Campanha Salarial é o foco agora. Entretanto, o resultado do trabalho depende de toda a categoria, da sua participação nas discussões e nas ações propostas, na coesão e na confiança dada às pessoas que elegeram para lhe representar. Os desafios são muitos e precisamos estar preparados e unidos para enfrentá-los.

Por isso, nos próximos dias, o Sindicato iniciará uma campanha de filiação, para ampliar ainda mais o seu quadro e fortalecer nossa luta. Avante!

ITR

Cooperação técnica pode elevar arrecadação a R\$ 8,3 bi

De acordo com a proposta do SindPFA para a reestruturação do Incra como órgão responsável pela gestão de terras, a fiscalização do cumprimento da função social da propriedade rural deve ser uma atividade rotineira e sistemática, assim como o acompanhamento e a análise do mercado de terras. Esses instrumentos podem auxiliar outros órgãos, a exemplo da Receita Federal, na arrecadação do Imposto Territorial Rural (ITR).

Em 2014, até outubro, a arrecadação do ITR no Brasil foi em torno de R\$ 850 milhões, o que representou apenas 0,08% do total de receitas administradas pela Receita Federal. Nos anos anteriores, esse percentual era de 0,07%. Em países desenvolvidos, a participação do imposto territorial rural nas receitas chega a 6% e em alguns países da América do Sul esse percentual atinge 3 e 4%.

O SindPFA fez uma estimativa de que a arrecadação do ITR pode chegar a R\$ 8,3 bilhões, sem necessidade de nenhuma mudança legislativa ou de alíquota. Basta haver integração e aperfeiçoamento dos sistemas existentes e cooperação técnica entre os órgãos.

Um precedente foi aberto recentemente, quando a superintendência do Incra no MS firmou convênio com secretarias municipais de fazenda para a atualização dos valores de terras.

SindPFA tem nova sala e nova equipe



Recentemente, a sala e o quadro funcional do SindPFA foram reestruturados, a fim de proporcionar melhor qualidade e rapidez no tratamento das demandas da carreira.

As melhorias permitem acrescer e qualificar os serviços prestados aos sindicalizados e aumentar a capacidade operacional para as atividades deste ano, especialmente a Campanha Salarial e a organização do II Congresso Nacional dos Peritos Federais Agrários, previsto para os primeiros meses de 2016; um resultado da contínua profissionalização da representação da entidade.

A nova equipe conta com Kássio Borba – no Sindicato desde 2012 –, que assume o posto de Coordenador Executivo, a Secretária Gleici Santos e os estagiários Jackeline Vilas Boas, Adriano Nunes e Maria Eduarda Amorim, que atuam, respectivamente, na Assessoria Jurídica, na Assessoria de Comunicação e na Assessoria Parlamentar.

Rapidinhas

'Tudo como dantes'...

Até o momento, as mudanças no corpo diretivo não aconteceram. A troca de guarda promovida por Lúcia Falcón resumiu-se a apenas alguns assessores. Terá a atual direção encontrado nas escolhas de Guedes de Guedes os melhores perfis? Ou acredita que tudo está funcionando a contento?

Comando duplo na DA

Há quatro meses, o Incra tem uma nova indicação para a Diretoria de Gestão Administrativa: Cleide Antônia de Souza, titular da unidade de Altamira-PA. Sem estar nomeada, ela já se reuniu com coordenadores e até fez indicações, transformando o atual Diretor num zumbi. O demissionário Juliano Rezende continua lá e divide reuniões com ela. Uma situação inusitada: uma Diretora que não é Diretora e um Diretor que não manda.

Falta o tradutor

A Presidente do Incra iniciou sua gestão trazendo novos conceitos, tais como: “nova ruralidade” e “ressignificação da reforma agrária”. Os servidores ainda procuram o nexos dessas falas (ainda não traduzidas) com a realidade que o órgão enfrenta. Ela diz que o Incra não pode continuar sendo uma autarquia, mas não está claro o que pensa como alternativa, muito menos se os ambientes político, econômico e até mesmo o jurídico permitem.

Em destaque

SindPFA cobra critérios na nomeação de superintendentes regionais

Decreto que impõem processo seletivo interno para os cargos é ignorado desde 2003

Em meio às diversas questões que envolvem o Incra e sua missão, a gestão administrativa tem sido um dos pontos críticos. Mesmo estando disponíveis os recursos orçamentários e humanos, não está garantida a eficácia e o sucesso do que é proposto pela direção central, devido a forma como são preenchidos os cargos de superintendentes regionais, muitas vezes atrelado às influências político-partidárias locais. No formato atual, não raras vezes, o objetivo primordial passa a ser o fortalecimento da estrutura partidária a que pertence o postulante ao cargo, com foco nas eleições estaduais e municipais, em detrimento da qualidade e eficiência das políticas públicas. Nessa estrutura, parece haver 31 Incras (superintendências e sede) atuando de forma autônoma. Assim, no somatório, as forças se anulam.

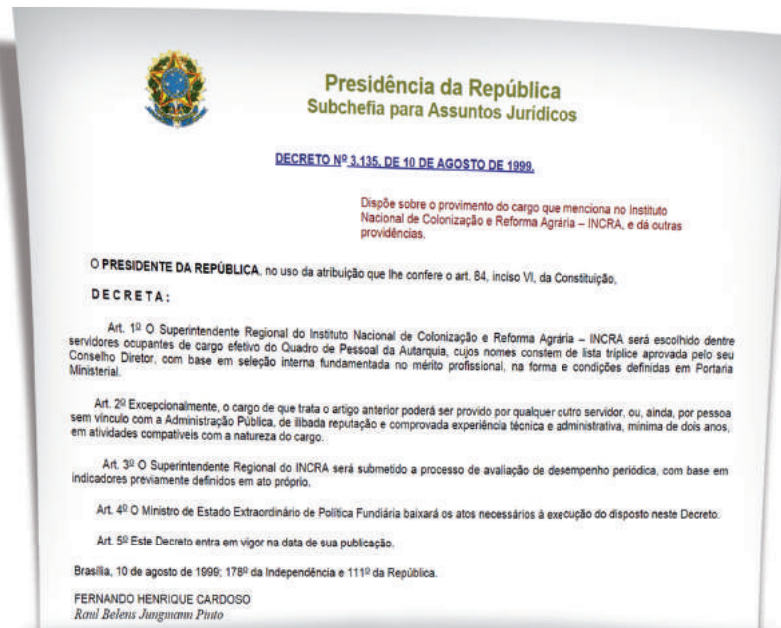
O SindPFA levou esse tema à nova gestão do Incra e do Ministério do Desenvolvimento Agrário. O que se espera é a quebra desse "modus operandi" na escolha dos gestores, trazendo para o processo o conhecimento técnico-administrativo e o trabalho em equipe, com a união de forças numa só direção.

Para o Incra, essa condição é obrigatória por força do Decreto nº 3.135, de 10 de agosto de 1999, assinado pelo ex-Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (*imagem ao lado*).

Em 27 de março de 2000, o então ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, baixou a portaria que regulamenta o decreto e exonerou, no dia seguinte, todos os superintendentes regionais, que responderam interinamente até o final do processo seletivo. A maioria dos selecionados era servidor efetivo do quadro do órgão. A intenção era de reestruturar o Incra, buscando trazer para os cargos perfis técnicos e não indicados politicamente.

A portaria estabelecia, por exemplo, que o mandato de superintendente regional do Incra seria de até dois anos e o ocupante ficaria sujeito a exoneração em caso de não cumprimento de metas publicadas no Diário Oficial da União (DOU). Todavia, em 2003, o então ministro Miguel Rossetto revogou o dispositivo ministerial e todos os cargos voltaram a ser ocupados por indicação política.

Desde então, a falta de critérios técnicos para as nomeações causa prejuízos aos interessados nas questões agrárias. Por isso, o SindPFA promove uma campanha visando a colocar a qualificação dos gestores do órgão no centro das discussões, como requisito fundamental para dar qualidade ao trabalho da autarquia.



O SindPFA defende a regulamentação do Decreto para a nomeação de gestores e que se evitem nomes que estejam respondendo ou tenham sido condenados em processos judiciais ou de órgãos de controle, especialmente naqueles que se referem a malversação e desvio de recursos públicos.

Também existem regras para gestores da área de Obtenção de Terras

Por provocação do SindPFA, o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) decidiu, em plenária realizada no ano de 2014, que os cargos de Diretor de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento, de Coordenador-Geral de Obtenção de Terras, de Chefe das Divisões de Desapropriação e Aquisição, de Análise e Estudo do Mercado de Terras e de Obtenção de Terras das Superintendências Regionais do Incra devem ser ocupados por profissionais regulamentados no Sistema Confea/Crea, ou seja, por Engenheiros Agrônomos, Agrimensores, Florestais, Ambientais ou Geógrafos, ou ainda técnicos agrícolas.

SindPFA preside mesa na Conferência das Carreiras Típicas de Estado

O Diretor Presidente do SindPFA, Sávio Feitosa, foi mediador das discussões sobre "Direitos do trabalhador do serviço público" e "Ética e reforma política", ocorridas na tarde do dia 17/6, durante a 4ª Conferência Nacional das Carreiras Típicas de Estado, promovida pelo Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado, o Fonacate. Foram debatedores dos painéis o ex-deputado e candidato a

vice-Presidente da República nas eleições de 2014, Beto Albuquerque, e o juiz Márlon Reis, membro-fundador do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), o Diretor-Adjunto da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, Stanley Gacek, e o Consultor Legislativo do Senado Federal Ronaldo Jorge Araujo Vieira Junior. *Veja em fonacate.org.br os vídeos dos debates.*

Justiça

SindPFA alcança vitória em processo da GDAPA de aposentados e pensionistas

Decisão abrange os assistidos do Processo nº 2004.34.00.047090-0



Diretores e colaboradores do SindPFA em reunião com os advogados

No dia 20 de maio, a Juíza Federal Ivani Silva da Luz decidiu que o Inbra deve implementar na folha de pagamento dos beneficiários da ação judicial a pontuação máxima da Gratificação de Desempenho da Atividade de Perito Federal Agrário (GDAPA), ou seja, 100 pontos. São 188 beneficiários, entre aposentados antes da Lei 10.550/2002 e pensionistas. A maioria deles recebia, até então, a metade da pontuação. O acréscimo foi percebido no contracheque referente a junho de 2015.

Trata-se de um Mandado de Segurança impetrado em dezembro de 2004, portanto, foram mais de 10 anos de tramitação. Em 2013, o Supremo Tribunal Federal decidiu pela justeza do pedido, que então voltou à primeira instância para a implantação e execução. Nessa etapa, a União apresentou vários recursos, paulatinamente vencidos pelo Sindicato, resultando na decisão recente.

Ainda assim, a Advocacia Geral da União apresentou um novo recurso e o SindPFA luta para manter a decisão. Enquanto isso, retoma a etapa de execução do valor retroativo. Estima-se que isso movimente uma monta de mais de R\$ 50 milhões em favor dos assistidos, que deverá ser paga em forma de precatórios. Os cálculos já foram contratados e serão rateados entre os beneficiários.

Para os aposentados e pensionistas que não estavam na lista inicial, o Sindicato prepara uma nova ação específica para abarcá-los. Paralelamente, tentará incluí-los na etapa de execução do processo existente. Os herdeiros e pensionistas daqueles beneficiários listados, que ainda não se habilitaram, devem entrar em contato com o SindPFA para encaminhar a documentação necessária.

Raio X da Carreira

- 1.425 profissionais ocuparam o cargo de Engenheiro Agrônomo no Inbra, antes e depois da Lei 10.550/2002. Destes, **1.176 permanecem no quadro atualmente**, sendo 804 na ativa (incluindo 20 PFAs cedidos a outros órgãos) e 372 aposentados. Há 116 pensionistas.
- **965 Peritos são sindicalizados, o que representa 82% da categoria.** Considerando apenas os ativos, 690 são sindicalizados, o que representa 86% deles. Quanto aos aposentados, 275 são filiados, ou seja, 74%.
- **A maioria dos PFAs da ativa, 54%, está nas Classes 'A' e 'B'.** 15% está na Classe 'C' e 31% na Classe Especial.
- Desde 2011, **ocorreram 123 aposentadorias**, 34 profissionais deixaram a carreira para a iniciativa privada ou para assumir outro cargo na administração pública, 1 foi demitido e 33 faleceram.

EPIs

Inbra pode sofrer sanções judiciais pela demora na entrega de equipamentos

Desde 2005, os servidores solicitam ao Inbra o fornecimento dos equipamentos de proteção individual (EPIs). Apesar de ser um direito amplamente reconhecido, a autarquia ainda não atendeu a demanda. “É algo elementar, mas que está se enovelando no Inbra”, afirma o Diretor Presidente do SindPFA, Sávio Feitosa. A situação levou à abertura de pelo menos cinco inquéritos civis no Ministério Público do Trabalho (MPT) em diferentes estados até 2013. Os Procuradores do MPT propuseram ao Inbra a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) no início de 2014, o qual o órgão recusou-se a assinar.

No mesmo ano, o SindPFA ingressou com uma ação na Justiça Federal para exigir o fornecimento dos equipamentos. Em decisão liminar, de agosto, a Justiça Federal determinou a suspensão das atividades de campo até que os EPIs sejam entregues aos servidores. Ainda vigente, a liminar nunca foi cumprida na integralidade: muitos profissionais ainda não receberam os equipamentos e não há sequer previsão para a resolução do problema. Mesmo assim, há pressão nas regionais para que servidores façam vistorias sem os EPIs. Em junho de 2015, o Ministério Público do Trabalho ingressou com ação contra a regional do Inbra no Médio São Francisco, em Petrolina-PE, resultado das denúncias de ausência de EPIs e más condições de trabalho dos Peritos Federais Agrários da SR. Caso persista no descumprimento desse dever, o Inbra pode sofrer penalidades, como multas judiciais.



Representantes do Sindicato estiveram com o Senador Paulo Paim, do PT/RS (foto), no dia 16/6 para tratar do tema. O parlamentar comprometeu-se a fazer pronunciamento em plenário, cobrar a direção do Inbra e apresentou requerimento de audiência pública para debater o tema, na qual o SindPFA fará parte da mesa.

Expediente

SindPFA Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários

Diretor Presidente: Sávio Silveira Feitosa

Diretor de Comunicação e Marketing: Sebastião Cunha Parreira

Jornalista Responsável: Kássio Alexandre Borba

Colaboradores: Adriano Nunes, Maria Eduarda Amorim, Jackeline Vilas Boas

Revisão: Ana Maria Faria do Nascimento

Tiragem: 1.200 exemplares

Fale conosco:

contato@sindpfa.org.br | www.sindpfa.org.br | (61) 3327-1210
SBN, Qd. 1 Bl. D Ed. Palácio do Desenvolvimento, Sala 2009
Asa Norte - Brasília - DF | 70.057-900